

PÁG 2

Candidatura Simone Tebet defende abertura completa do mercado de energia e revisão de subsídios

PÁG 5

Abraceel contrata EY para avançar na abertura integral do mercado de energia

PÁG 7

Aneel aprova programa estrutural de resposta da demanda com pleitos da Abraceel

PÁG 10

Abraceel na Mídia

PÁG 12

Curtas

PÁG 17

E o Congresso?

PÁG 18

Próxima Semana



Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

## Candidatura Simone Tebet defende abertura completa do mercado de energia e revisão de subsídios

### Matéria em 1 minuto:

- Elena Landau afirmou que a candidatura de Simone Tebet tem visão favorável à abertura completa do mercado de energia por enxergar benefícios ao consumidor;
- A economista defendeu a revisão de subsídios e reservas de mercado e o fortalecimento da governança e do planejamento setorial, cujas ineficiências desaguam na tarifa elétrica;
- O presidente-executivo da Abraceel lembrou que o crescimento dos encargos provoca aumento de custos para consumidores cativos e livres. “A conta está cara para todo mundo, também para o livre.”



Tempo de leitura:  
**2 minutos**



Em mais uma edição da Sexta Livre do programa Abraceel nas Eleições, realizada no dia 02.09, a economista Elena Landau afirmou que a candidatura de Simone Tebet (MDB) à Presidência da República tem visão favorável à abertura completa do mercado de energia por enxergar benefícios que essa decisão traz ao consumidor, não apenas na redução do preço na compra da energia, mas também na flexibilidade e no direito de escolha.

A coordenadora do programa de governo de Simone Tebet apontou que considera a competição na comercialização de energia um aspecto muito importante e que “o mundo mudou”. “Somos super a favor, pois quanto mais competição e liberdade de escolha, o consumidor será menos passivo”, ressaltando que dar mais poder ao consumidor é o caminho adequado.



Elena ponderou que a abertura do mercado precisa ocorrer sem desequilíbrios, sobretudo endereçando o risco de sobrecontratação. “Precisamos aproveitar o PL 414 para reequilibrar o ônus da abertura. Pois nós queremos muito mais do que isso, não queremos só o grande consumidor no mercado livre. Temos de fazer uma série de mudanças”, dando como exemplo a separação entre comercialização da energia e a gestão da rede de distribuição.

Comparando a abertura do mercado de energia com a transformação ocorrida no setor de telecomunicações no fim dos anos 90, Elena Landau criticou a visão de quem considera que o “o consumidor não sabe ser livre” e não sabe administrar as opções que tem à disposição, lembrando que o consumidor de baixa renda troca o plano do telefone constantemente. “Mas temos de reorganizar a abertura (do mercado).”

### **Governança setorial precisa ser aperfeiçoada**

Elena Landau também frisou em vários momentos a perda de racionalidade na organização e no planejamento do setor elétrico brasileiro, situação agravada pela disputa entre os diversos segmentos representados por associações distintas e pela ascensão do Congresso Nacional na determinação de regras e custos. “Temos de falar da governança setorial. Não podemos continuar do jeito que está, desorganizado”, apontou.

Nesse sentido, a economista afirmou que é importante organizar o movimento de transição energética que se acelera no Brasil, dando racionalidade à expansão das energias renováveis e reconhecendo os atributos de cada fonte, com repartição equilibrada de custos.

A desorganização tem impacto na escalada tarifária. Landau explicou que a elevação das tarifas tem relação direta com o crescimento dos encargos e com o tamanho da CDE e que “há “certa preguiça” por parte dos reguladores de pensar soluções para endereçar as ineficiências. “O que ocorre? Vai tudo para o consumidor. Na última ponta, vai tudo par ao consumidor, está ficando cada vez mais caro para o consumidor cativo, que vai incorporando cada vez mais coisas na tarifa”.

Nesse momento, o presidente-executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, moderador da discussão, que contou também com Jerson Kelman na segunda metade do encontro, explicou aos participantes que o consumidor livre também paga diversos encargos criados nos últimos anos, uma conta crescente e cada vez mais cara para todos. Ele apontou que, do orçamento de R\$ 32 bilhões da CDE este ano, R\$ 22 bilhões são pagar tanto pelos consumidores cativos como também pelos livres. “A conta está cara para todo mundo, também para o livre.”

Rodrigo Ferreira ainda apontou a importância de estabelecer um cronograma e um



prazo máximo para que todos possam ter acesso ao mercado livre de energia no Brasil, lembrando a todos que há muita convergência entre o que pensam os comercializadores e os distribuidores de energia.

### **Subsídios e reservas de mercado precisam ser revistos**

A coordenadora do programa de Simone Tebet também foi firme em analisar o movimento de criação de subsídios no setor elétrico e disse que preciso rever alguns deles, como a obrigação de construir geração térmicas lugares remotos sem acesso ao gás natural à revelia do planejamento. “É possível identificar qual é o setor responsável. E o consumidor é difuso”, disse. “Os lobbies precisam ser esclarecidos para a população, é como se tudo pudesse ser feito em nome da energia renovável”, disse, complementando que é preciso colocar mais competição entre as fontes, respeitando os atributos de cada uma.

Por fim, Elena Landau demonstrou apoio ao PL 414/2021, que ela considera que “já deveria ter sido votado há muito tempo”. “Está atrasado, até pelos padrões de lentidão do setor elétrico, mas ele tem de ser aprovado”, disse. “Somos super a favor do PL 414, quanto mais rápido (aprovar), melhor, apontando que é necessário manter vigilância para evitar a aprovação de “jabutis” que encareçam o preço da energia ou piorem a organização do sistema.

O vídeo completo da Sexta Livre com Elena Landau e Jerson Kelman será disponibilizado nos próximos dias nos canais da [Abraceel](#) e do [Canal Energia](#) no Youtube, onde já é possível rever os diálogos com [Nélson Marconi](#) e [Daniel Keller](#), representantes da campanha de Ciro Gomes, e de [Maurício Tolmasquim](#), representante da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva.

## Abraceel contrata EY para avançar na abertura integral do mercado de energia

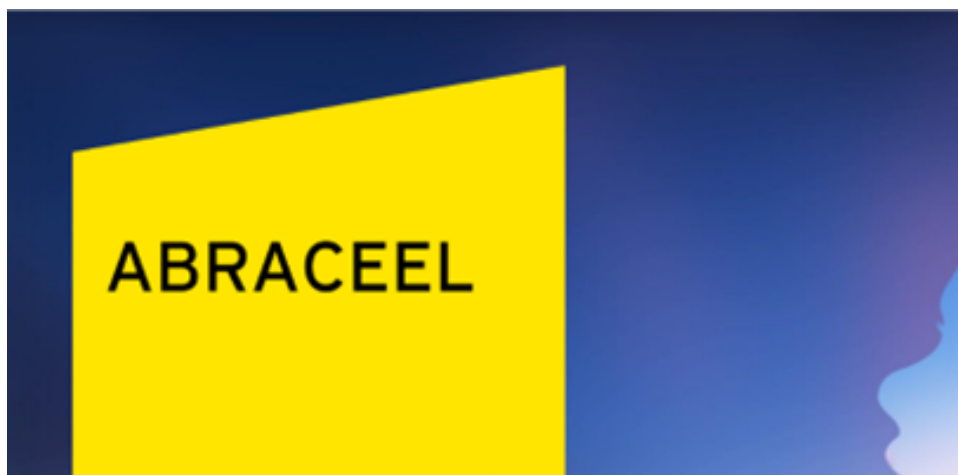
### Matéria em 1 minuto:

- Proposta a ser desenvolvida pela consultoria incluirá soluções infralégais para a abertura total do mercado de energia, inclusive para a baixa tensão;
- Entre os temas a serem estudados estão a sobrecontratação involuntária, supridor de última instância e separação fio e energia;
- Todas as associadas podem enviar contribuições, que serão analisadas pela diretoria da Abraceel, para compor o estudo da EY.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

A Abraceel contratou a consultora EY com objetivo de fortalecer nossa demanda para a abertura completa do mercado de energia elétrica no Brasil, incluindo a baixa tensão. A equipe da EY, liderada por Diogo Mac Cord, apresentou ao Grupo Técnico da Abraceel no dia 29.08 a agenda de trabalho e os temas que serão aprofundados no estudo. A reunião contou com a participação de mais de 200 colaboradores das empresas associadas.



O escopo do trabalho compreende a construção de um modelo regulatório adequado para abertura integral do mercado livre, compreendendo a baixa tensão, baseado em estudos de abrangência técnica, econômica e financeira, mensurando impactos e oferecendo, onde for cabível, minutas de atos normativos, para pontos considerados críticos para a portabilidade da conta de luz. O escopo inclui temas como:

### Temas principais

- Sobrecontratação involuntária e contratos legados
- Custo do lastro legado



- Efeito da CDE dos descontos na TUSD e competição com MMGD
- Comercialização regulada e gestão do portfólio pelas distribuidoras
- Separação fio e energia
- Supridor de última instância
- Open energy

### **Temas secundários**

- Alocação gradual de Itaipu no ACL: como fazer?
- Adequação do suprimento
- Comercializador varejista
- Faturamento
- Medição
- Tarifa binômia

Cabe ressaltar que são princípios para construção das propostas a isonomia de tratamento para todos os agentes, não imposição de custos a terceiros ainda que em prol da abertura do mercado e foco em medidas estritamente necessárias para a liberalização do mercado baseadas em boas práticas internacionais. O estudo será composto por propostas que possam ser implementadas com alterações apenas em dispositivos infralegais.

Serão realizadas diversas interações com o Grupo Técnico da Abraceel com a seguinte programação:

**Até o dia 05.09** as associadas poderão enviar contribuições sobre os assuntos principais do estudo pelo e-mail [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br);

**Dia 19.09** será realizada reunião com o GT para apresentação da evolução do estudo e de resultados preliminares;

**Dia 13.10** será realizada reunião de fechamento com o GT;

**Dia 26.10** será realizado evento presencial em Brasília para apresentação ao público e autoridades dos órgãos setoriais.

A Abraceel reforça que todas as associadas podem contribuir enviando sugestões e interagindo ativamente das reuniões do GT. A apresentação está disponível na área restrita do site da Associação, em “Apresentações Exclusivas”.

## Aneel aprova programa estrutural de resposta da demanda com pleitos da Abraceel

### Matéria em 1 minuto:

- Programa poderá influenciar a formação do PLD em 2024 e haverá período teste para produto por disponibilidade;
- Requisitos para que consumidores possam aderir ao programa foram flexibilizados, com melhorias também no cálculo da linha base em linha com o sugerido pela Associação;
- O relator do processo, diretor Hέλvio Guerra, afirmou que programa pode ser implementado ainda em 2022, com definição de regras provisórias pelo ONS e CCEE em até 30 dias.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

A diretoria da Aneel aprovou no dia 30.08 aprimoramentos nas regras do programa de resposta da demanda brasileiro. Com a decisão, a resposta da demanda deixa de ser um recurso alternativo para o despacho de usinas térmicas e passa a ser um recurso adicional para a operação, sendo elevado à categoria de programa estrutural no setor elétrico brasileiro.

Relembrando, o programa piloto de resposta da demanda foi implementado em 2018 e encerrado em junho de 2022, com objetivo de redução do consumo de recursos que concorriam com o despacho termelétrico, sendo utilizado como um recurso alternativo pelo operador. No piloto eram ofertados produtos day-ahead e intradiário (D-0), por meio de processo concorrencial e com necessidade de assinar contrato de prestação de serviço ancilar.

Em 2021, foi realizada a Consulta Pública 80/2021 com objetivo de regulamentar o programa de resposta da demanda de maneira estrutural. Na época, a Abraceel submeteu documento de contribuição apoiando, dentre outras questões, a (i) criação do produto por disponibilidade, ressaltando a importância da correta valoração do preço teto do produto, (ii) divulgação prévia da linha base; e (iii) cálculo da linha base do agregador com base no somatório das linhas base de consumo das cargas por ele representadas.

Nesta semana, no dia 30.08, a Diretoria da Aneel deliberou o resultado da CP 80/21, aprovando duas resoluções, uma normativa referente à aprovação do programa de resposta da demanda de modo estrutural por meio do produto D-1, e outra autorizativa para implementação teste do produto por disponibilidade no período de dois anos.



### **Produto D-1**

A REN 1040/2022 torna a resposta da demanda um recurso adicional para atendimento ao SIN por meio do produto D-1 com duração entre 4 e 17 horas, com possibilidade de promover a competição das ofertas do programa com as ofertas das térmicas, com vistas à manutenção da reserva de potência operativa.

Cabe ressaltar que a resolução simplifica o programa com a flexibilização do requisito de conexão à rede, exclusão da exigência da assinatura de contrato para o produto do dia seguinte (D-1), do produto D-0 e do limite inferior da linha base.

Complementarmente, como proposto pela Abraceel, foi aperfeiçoado o cálculo da linha base, de modo que seja reprodutível pelos consumidores, além de ser divulgada previamente às ofertas.

Ademais, o volume mínimo do referido produto será de 5 MW, discretizado no padrão de 1 MW, com confirmação diária, oferta até o valor do PLD liquidada no MCP e excedente remunerado via ESS. As penalidades serão definidas em Procedimentos e Regras de Comercialização com base nas diretrizes da REN.

### **Produto por disponibilidade**

Em relação ao produto por disponibilidade, o benefício desse produto ao sistema gerou dúvidas, questionadas pela Diretoria da Aneel, razão pela qual foi aprovado para ser implementado como teste no período de dois anos.

Nesse produto, será necessária assinatura de contrato, que estabeleça o pagamento de receita fixa pela disponibilidade no período contratado, número mínimo e máximo de acionamentos no período, volume, duração (máximo 1 ano), tempo entre o aviso e a entrega do produto e penalidades. Cabe ressaltar que os acionamentos serão liquidados no MCP, e a receita fixa paga via ESS.

Há necessidade ainda de definição do preço-teto referente à receita fixa no edital de contratação, o qual será fruto de estudo técnico do ONS. O edital de contratação também será submetido à escrutínio social e posterior aprovação da Aneel.

Em até 180 dias após o início da vigência da Resolução, o ONS e CCEE deverão encaminhar para a Aneel os Procedimentos de Rede e de Comercialização. Excepcionalmente, para o produto D-1, serão editados e publicados Procedimentos de Rede e Comercialização de modo a possibilitar a utilização do recurso da resposta da demanda ainda em 2022.





### **Expectativa de representação nos modelos a partir de 2024**

Por fim, a Diretoria da Aneel deliberou por comunicar à Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia, coordenadora da CPAMP, a interpretação de que cabe à Aneel, no âmbito da gestão e incorporação de dados, instruir processo para representar a resposta da demanda nos modelos de formação de preço. Nesse aspecto, determinou que a Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração (SRG), com o suporte do ONS e da CCEE, instrua processo para representar o programa de resposta de demanda como recurso adicional nos modelos a partir de 1º de janeiro de 2024. Até que isso seja feito, as ofertas aceitas de resposta da demanda não farão parte do cálculo do PLD.





# ABRACEEL NA MÍDIA



**BRASIL E PARAGUAI ELEVAM CUSTOS EM ITAIPU A US\$ 1 BI ÀS VÉSPERAS DO FIM DA DÍVIDA**

**I Folha de São Paulo**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



**ESPECIAL: A CANDIDATOS, SETOR ELÉTRICO DEFENDE DESTRAVAR ABERTURA DE MERCADO E CORTAR SUBSÍDIOS**

**I Broadcast**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



**OPEN ENERGY: COMO A STARTUP LEMON QUER REVOLUCIONAR O SETOR ELÉTRICO**

**I Exame**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



**MERCADO LIVRE DEVERÁ TER ASSOCIAÇÃO IBEROAMERICANA**

**I Canal Energia**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





# ABRACEEL NA MÍDIA



## LIRA SE COMPROMETE A VOTAR EM OUTUBRO PL DE MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

### I Economia UOL

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



## CONSUMO NO MERCADO LIVRE DE ENERGIA AUMENTA 7% NO BRASIL

### I Diário do Comércio

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)





## CURTAS

### **STF julga e Abraceel está mais perto do sucesso final na ação contra a CNPE 03/2013**

A Abraceel, por intermédio do escritório Serrão Advogados, impugnou os dispositivos da Resolução CNPE 03/2013 que pretendiam transferir para as comercializadoras e geradoras o custo do despacho térmico adicional por meio de alteração do sujeito passivo do ESS por Segurança Energética. Em decisão no último dia 30 de agosto, o Ministro Dias Toffoli do STF negou seguimento ao Recurso Extraordinário da União contra o Acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – que, por sua vez, havia rejeitado a Apelação da União e confirmado a sentença de procedência integral da ação movida pela Abraceel. Ainda é possível a interposição de recurso contra essa decisão monocrática para submeter a matéria ao colegiado ou para obter reconsideração do relator, porém a tendência é que decisão agora proferida seja acolhida pelos demais ministros, impondo à União o ônus de sua reversão. Cabe lembrar que a ação foi a primeira impugnação sobre o tema e, nessa condição de pioneira, fixou conceitual e normativamente as teses jurídicas que balizaram toda a judicialização da matéria que se seguiu no setor elétrico. A Abraceel seguirá acompanhando os desenvolvimentos e a possível interposição de recurso pela União. O documento com a decisão do Ministro Dias Toffoli está disponível da área restrita do [site da Abraceel](#).

### **Em parceria, Abraceel contrata estudo sobre desconcentração da oferta de gás**

Um conjunto de associações atuantes no setor de gás se uniu para contratar um estudo com a consultoria internacional Brattle Group para a elaboração de proposta para política de desconcentração da oferta (gas release). O trabalho levará em consideração os aspectos para o desenvolvimento competitivo do mercado, sobretudo diante das especificidades do mercado brasileiro de gás. A política de desconcentração da oferta já está prevista na nova Lei do Gás (Lei 14.134/2021), art. 33, e também é parte das ações da política de transição definida pelo CNPE, que conferiu à ANP a função de formular diagnóstico e proposta sobre o assunto até o final deste ano. Vale destacar que medidas de desconcentração de mercado como o gas release foram adotadas em mercados mais desenvolvidos que também apresentavam elevada concentração de oferta durante a sua abertura e representam instrumento importante para estimular a competição, eficiência e liquidez no mercado de gás. Mais informações serão divulgadas em breve. Além da Abraceel, participam da iniciativa a Abrace, Abal, Abpip, Aspacer, Anfacer e Abividro.

### **Aneel atende governo paulista, que poderá migrar várias unidades consumidoras em CNPJ único**

O Governo do Estado de São Paulo obteve uma vitória na Aneel que pode gerar benefícios para toda a administração pública

brasileira. A Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo entrou com um requerimento administrativo na Aneel solicitando permissão para migrar várias unidades consumidoras do governo paulista sob um único CNPJ raiz. O governo de SP possui mais de 16 mil edifícios próprios, com 29 CNPJ distintos, com um consumo de 1,25 TWh/ano de energia elétrica, equivalente a R\$ 460 milhões ao ano. O problema é que há grande burocracia para migrar essas unidades utilizando os 29 CNPJ diferentes. A diretoria da Aneel acatou o pleito paulista e deliberou favoravelmente, entendendo que o governo do estado e suas secretarias podem constituir um único consumidor, com um único CNPJ, para fins de migração ao mercado livre de energia, e serem considerados um consumidor especial por comunhão de carga. A agência reguladora abrirá consulta pública para discutir a possibilidade de incluir tal norma em resolução normativa, e estender essa possibilidade para qualquer órgão público.

## **Aneel decide anular compra de energia no MVE**

A comercializadora Migratio entrou com um requerimento administrativo para revogar um lance de compra de energia no MVE realizado em fevereiro. Na ocasião, por um erro, o lance que foi considerado para o mecanismo em questão foi de PL-D+R\$190,20 para o produto “preço variável”, quando a intenção era fazer a oferta de R\$190,20 para o produto “preço fixo”. A Procuradoria da agência reguladora considerou procedentes as alegações da co-

mercializadora e que o lance deveria ser anulado, decisão compartilhada também pela SRM. Sendo assim, a diretoria colegiada votou, no dia 30.08, pela anulação da oferta da Migratio. Quanto ao impacto dessa decisão para a distribuidora, houve consenso que, uma vez que o produto que iria ser adquirido era o de menor montante possível, de 1 MWmed, a distribuidora afetada pela anulação da transação não teria prejuízos substanciais e teria total condição de acomodar esse montante na próxima rodada do MVE.

## **Agenda Regulatória da Aneel 2023-2024 em discussão pública, contribua!**

A Abraceel enviou para as associadas minuta de contribuição à Tomada de Subsidios 16/2022 da Aneel, que trata das atividades a serem priorizadas na Agenda Regulatória da agência no biênio 2023-2024. Na contribuição, a Associação reforça a priorização de temas diretamente relacionados com as bandeiras da Abraceel, como o aprimoramento da comercialização varejista e da governança da formação de preço, e propõe a realização de novas atividades, como a realização do sandbox regulatório do open energy. As associadas podem enviar contribuições na minuta de texto em formato de revisão até o dia 08.09, às 12h.

## **Inscrição no Planejamento Estratégico da Abraceel**

A Abraceel solicita a atenção das associadas para e-mail enviado no dia 24.08 com as informações necessárias para a inscri-



ção no Planejamento Estratégico 2022 da associação, que acontecerá nos dias 03 e 04.11 em Florianópolis. É recomendável que as associadas enviem com antecedência o nome do seu representante no evento. Caso haja interesse em que mais de um representante por empresa vá ao encontro, solicitamos que manifestem essa intenção, que estará sujeita à disponibilidade de vaga, uma vez que há espaço limitado no local. A reserva no hotel tem desconto para associadas com o código "abraceel". O Planejamento Estratégico deste ano foi idealizado em novo formato, com palestrantes que trarão visões econômica, setorial e política, estimulando o pensamento em torno de estratégias. Na próxima semana divulgaremos detalhes finais da programação, que está imperdível. Qualquer dúvida, entre em contato com a equipe da Abraceel pelo e-mail [abraceel@abraceel.com.br](mailto:abraceel@abraceel.com.br).

## Brasil Windpower 2022 abre inscrições e associadas têm desconto

A 13ª edição do Congresso Brazil Windpower acontecerá nos dias 18, 19 e 20.10, de maneira híbrida, tanto presencialmente no São Paulo Expo, em São Paulo, quanto online por plataforma digital. Durante os três dias de programação, as lideranças e grandes profissionais referência do setor discutirão a agenda da expansão do setor eólico e as tecnologias emergentes no cenário nacional. A programação foi preparada em parceria com a GWEC-Global Wind Energy Council e a ABEEólica, incluindo discussões

fundamentais para o desenvolvimento do mercado que está em constante crescimento. As [inscrições estão abertas](#) e as associadas da Abraceel têm 10% de desconto utilizando o código **ABRACEEL10**.



## Plano de Operação Energética 2022 destaca expansão das fontes renováveis

O ONS divulgou o sumário executivo do Plano da Operação Energética (PEN) 2022, estudo de planejamento da operação que avalia as condições de atendimento do ponto de vista da geração energética, no horizonte 2022-2026. O relatório informou que a estimativa para o fim de 2026 é que a capacidade instalada do SIN totalize 196 GW. 7,9 GW do incremento previsto é de fonte eólica e 5,7 GW de solar, sendo que tais fontes poderão corresponder a uma participação de quase 20% na matriz elétrica. A íntegra do PEN pode ser acessada [aqui](#).

## Tributação de gás natural no Ponto Virtual de Negociação

O Ministério de Minas e Energia (MME)

está trabalhando na elaboração de proposta e minuta de ato normativo sobre o processo de tributação do gás natural no Ponto Virtual de Negociação (PVN). Estão sendo realizadas reuniões de interação com associações e demais órgãos setoriais para discutir o tema e propor modelos para tributação do gás natural no PVN. A ATGás, associação dos transportadores, apresentou propostas de modelos de tributação no PVN com sugestões de aprimoramentos legislativos que podem ser conferidas nos documentos disponíveis na área restrita do site da Abraceel. A proposta considera situações em que há troca entre carregadores de diferentes pontos de recebimento para balanceamento primário e balanceamento do transportador nas mesmas áreas, com regularização de estoques em diferentes pontos de recebimento e a comercialização de gás natural dentro do sistema de transporte. As associadas da Abraceel que desejarem contribuir com essa discussão podem enviar sugestões para [gt@abraceel.com.br](mailto:gt@abraceel.com.br).

## CT PMO/PLD esclarece inclusão da MMGD no processo de previsão de carga

Após diversos questionamentos durante a reunião com agentes realizada no dia 21.07, o CT PMO/PLD disponibilizou em seu portal dois vídeos acerca do tema da inclusão de MMGD no processo de previsão de carga, assim como as apresentações referentes a cada uma. O material explica o processo de reconstituição da carga incluindo a MMGD e o processo de atualização das informações da projeção e revisão da carga considerando a gera-

ção distribuída. O material pode ser acessado no [link](#).

## Almoço com empresários do Distrito Federal

No dia 30.08, Ângela Oliveira, diretora de Relações Institucionais da Abraceel, esteve presente no almoço promovido pelo G15, um grupo de líderes empresariais do Distrito Federal, quando apresentou as ações conduzidas pela associação e a agenda do mercado livre de energia.

## Associadas da Abraceel têm desconto em livro sobre mercados de energia



A Abraceel apoia a 2ª edição de um dos livros mais importantes para o setor elétrico, Mercados de Eletricidade. Escrita por Roberto Mayo, a obra conta com temas fundamentais como a singularidade da eletricidade, volatilidade e formação de preços, mercados atacadistas, modelos, estruturas, sistemas de comercialização e suas formas e plataformas de negociação. As associadas da Abraceel têm 30% de desconto pelo [link](#), que vale até o final de setembro.

## Abraceel explica mercado livre para estudantes da UnB

No dia 02.09, Ângela Oliveira e Danyelle Bemfica, representando a Abraceel, palestraram na Universidade de Brasília para alunos de graduação do curso Engenharia de Energia. Na ocasião, abordaram tópicos sobre o mercado livre de energia, a agenda política de abertura do mercado e o funcionamento de uma comercializadora.



bém pode pedir a sua inclusão no Infor-  
mes Abraceel., nosso serviço de alertas  
via Whastapp que busca te manter atua-  
lizado sobre as questões mais relevantes  
do mercado livre.

## Receba nosso Relatório Semanal no seu Whatsapp

Envie uma mensagem para [abraceel@abraceel.com.br](mailto:abraceel@abraceel.com.br) ou para 61 99608-6963 com seu nome/empresa pedindo a sua inclusão!

*Não esqueça de salvar o número nos seus Contatos, caso contrário não será possível receber as mensagens enviadas na lista de transmissão.*

## Quer saber tudo em primeira mão? Peça sua inclusão no Infor- mes Abraceel

Pelos mesmos contatos acima você tam-





**“Com texto ou sem texto”, Lira promete votar PL 414 em outubro** - De tédio a gente não morre. São anos discutindo e especulando quando o PL 414 será aprovado, mas o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, cravou a votação para outubro “com texto ou sem texto”, o que causa estranheza porque o relator afirmou várias vezes que o texto estava pronto. A matéria atualmente está em comissão especial, mas um requerimento de urgência – e vontade política – leva o projeto para deliberação em Plenário.

**Fica rico, fica pobre, fica rico e aí fica pobre** - Se o João Grilo fosse lobista do setor elétrico, na última quarta ele teria dito “abre mercado, fecha mercado, abre mercado e aí fecha”. Na última terça, o deputado Danilo Forte (União-CE) apresentou o relatório da MP 1118 e trouxe emendas relacionadas ao setor de energia.

Em uma delas, repetia a portaria em discussão no MME no âmbito da CP 131, abrindo o mercado para a alta tensão em 2024 e estabelecendo que os consumidores deveriam ser representados por varejista.

Outras emendas tratavam de autoprodução, desconto das renováveis, sinal locacional, fixação das tarifas de uso dos geradores, garantias financeiras na disputa de margem de escoamento e mudanças no marco da geração distribuída.

Com dificuldades para assegurar a votação com todas as emendas apresentadas, o relator deixou o texto mais enxuto para viabilizar a deliberação. No entanto, manteve a extensão do prazo para as fontes renováveis, sinal locacional e travamento da TUST para geradores. Confira a redação final clicando [aqui](#).

**Próximos passos** - a matéria precisa ser deliberada no Senado e perde a validade no dia 27 de setembro. O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) foi designado relator. Hoje (02.09) aconteceu sessão na Casa, mas a MP não entrou na pauta.

**Só depois das eleições?** O Legislativo deve pisar no freio para focar nas eleições, que ocorrem exatamente daqui a um mês, dia 2 de outubro. A semana que passou foi de esforço concentrado e, ainda assim, muitos parlamentares participaram virtualmente.





## PRÓXIMA SEMANA

**05.09 - Segunda-feira:** Abraceel se reúne com investidores do banco Itaú BBA, às 15h;

- Abraceel se reúne com Hailton Madureira, secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, para debater a abertura do mercado, às 17h30.

